

RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER: MUNICÍPIO DE CAJARI-MA

Ana Paula Vieira, Marileide Moura dos Santos Silva, Silvana Martins de Araujo

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa intitulada “Gestores e agentes sociais de esporte e lazer na Baixada Maranhense: um estudo dos recursos humanos para o Sistema Nacional do Esporte e Lazer”, desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) Núcleo/UFMA, coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física – GEPPEF. A pesquisa foi financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT/FINEP em cooperação técnica com o Ministério do Esporte – ME. Justifica-se porque no Maranhão, a maioria dos dados solicitados pelo IBGE para a construção do Perfil dos Municípios foi considerada insuficiente, e, por isso foram ignorados, gerando dificuldades para os municípios na formulação de suas políticas específicas para o esporte e lazer. Com o objetivo de traçar o perfil dos sujeitos responsáveis pela gestão e execução direta das políticas públicas de esporte e lazer em dez municípios da Baixada Maranhense. Este artigo trata especificamente do Município de Cajari. Utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas, aplicadas aos gestores públicos e questionários aos agentes sociais de esporte e lazer. Constatou-se a necessidade da elaboração de diretrizes setoriais para o esporte e lazer no Município de Cajari que contemple recursos humanos com caráter multiprofissional e multidisciplinar. É imperativo uma formação inicial e continuada para os profissionais da área, como forma de garantir universalização da prática do esporte e do lazer como direito de todos, que contribua para a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social tão marcante na região nordeste do país, acentuadamente no Estado do Maranhão.

Palavras-chave: Políticas públicas. Recursos humanos. Esporte e lazer.

1. INTRODUÇÃO

Há algum tempo, o esporte e o lazer receberam o “*status*” de direito social, garantido em lei, reproduzidos nos discursos políticos, na mídia e no senso comum. Cabe discutir as facetas desses discursos, tanto no que diz respeito à importância do esporte e lazer impulsionados pelos interesses explícitos do capital, que visa utilizá-lo como uma mercadoria lucrativa, quanto de políticos que os defendem enquanto direito, a fim de angariar votos em pleito. Com a realidade atual, o que se pode observar é a falta dos elementos necessários para tornar o lazer e o esporte recreativo um direito usufruído por todos no Brasil, devido às tímidas ou ausentes políticas públicas nesta área ou até mesmo ao não reconhecimento do direito a esse espaço, livre das obrigações com trabalho, família, religião e outros.

Contudo, não se nega a inclusão do lazer nas políticas públicas, que têm como elementos constituintes, o financiamento das ações, a construção e manutenção dos espaços de prática do lazer, organização do calendário de atividades, assim como a formação e capacitação dos recursos humanos. Quanto a este último importa a política de contratação, formação e atualização dos profissionais, permitindo com isso uma atuação profissional possivelmente mais qualificada e apropriada.

Em 2006, o IBGE publicou o Suplemento de Esporte correspondente ao ano de 2003, que consiste em um levantamento sobre a gestão municipal do esporte em nível nacional. Os recursos humanos fizeram parte desse levantamento, contudo, evidenciaram-se equívocos no preenchimento dos questionários em alguns itens.

No Maranhão, a maioria dos dados chegou a ser ignorada diante da insuficiência das informações, o que provavelmente trará aos municípios, dificuldades na formulação de políticas públicas para esporte e lazer e conseqüentemente para a adesão ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer¹, o que justificou o interesse em pesquisar o perfil dos sujeitos responsáveis pelo gerenciamento e execução direta das políticas públicas de esporte e lazer, tendo como lócus dez municípios da baixada maranhense, dentre eles Cajari.

Este estudo consiste em uma pesquisa quanti-qualitativa, cuja proposta metodológica foi desenvolvida através da combinação de pesquisa bibliográfica e descritiva, com delineamento do tipo levantamento. Buscou caracterizar recursos humanos em Cajari quanto ao nível de escolaridade, formação profissional, critério de recrutamento e seleção, regime de contratação, competências/domínio de conhecimentos gerais e específicos e função exercida pelos gestores e agentes sociais de esporte e lazer no município.

No primeiro momento foi feita a caracterização do município de Cajari a fim de esclarecer a realidade social em que este está inserido. Algumas características da pesquisa foram expressas em um segundo momento, seguindo-se da apresentação e análise dos dados coletados na pesquisa à luz do que a literatura tem discutido sobre recursos humanos para o esporte e lazer. Por último, tiveram espaço as reflexões sobre o perfil dos gestores e agentes sociais.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Cajari, localizado na parte norte do Estado do Maranhão, distante 206 km de São Luís, capital do Estado, ocupa uma área de 544 km², onde vivem 12.842 habitantes, segundo os dados estatísticos do IBGE/2007. Este município se caracteriza pelo déficit no crescimento populacional que vem ocorrendo, pois no censo de 2000 a sua população era de 13.405 habitantes.

O processo de criação do município iniciou em um porto de propriedade particular da família Viveiros, com apenas alguns armazéns onde eram depositados gêneros de produção do Estado, procedentes de diversos pontos do interior do município de Penalva ao qual era pertencente esta partícula do território maranhense.

Elevado à categoria de município através da Lei Estadual nº 179, de 13 de novembro de 1948, Cajari teve seu desmembramento dos municípios de Penalva, Pindaré-Mirim e Vitória do Mearim.

O município conta com sistema de transporte rodoviário e fluvial. Suas vias de acesso são vulneráveis e insuficientes, pois o transporte fluvial é muito lento, e o rodoviário é realizado em estradas de piçarra em precário estado de conservação.

Outro aspecto vulnerável, a partir dos dados do IBGE (2005), é na área de economia, com redução das pastagens na época chuvosa, mão de obra desqualificada,

¹ Este sistema responde a discussões iniciadas nas conferências nacionais do esporte, realizadas em 2004 e 2006 e reconhece o esporte e o lazer enquanto objeto de políticas públicas, podendo representar melhor distribuição de recursos públicos, e possível incremento do financiamento para o esporte e o lazer nos três níveis de governo.

capina manual, ausência de crédito para melhoria e implantação de rebanhos, dificuldades para obtenção de sementes resistentes e ausência de tecnologias.

No que se refere ao campo da saúde, o censo 2005 aponta graves problemas em relação a assistência à população, uma vez que o número total de estabelecimentos para atender a demanda é de quatro postos municipais, sendo que apenas um com disponibilidade de oito leitos para internação.

Quanto à estrutura da educação, o IBGE (2005) aponta que o município conta com sessenta e sete escolas da rede pública, sendo sessenta e cinco da rede municipal e duas da rede estadual. O número de matrículas totais do ensino fundamental é de 5.064, das quais 4.421 são de escolas do município e apenas 643 do estado. Em menor número, as matrículas no ensino médio somam um total de 856, também em escolas públicas. É importante ressaltar que o sistema educacional do Município de Cajari é formado, na sua totalidade por escolas públicas.

Segundo dados estatísticos do IBGE (2006), entre as atividades de subsistência da população, predomina a pecuária, com a criação de galos, frangos, suínos e bovinos, na lavoura permanente os produtos que apresentam produção destacada são arroz, milho, feijão e melancia.

Esses dados apontam para a real dificuldade que o município tem para se desenvolver. O índice de desenvolvimento humano (IDH) em 2000 era 0,589 o que, juntamente com as características de economia, saúde, educação e agropecuária, demonstram o estado de vulnerabilidade social de Cajari, caracterizado pela falta Políticas Públicas para melhoria da qualidade de vida da população.

Cajari tem um potencial turístico devido a sua inserção na região dos lagos maranhenses. A visitação pode ser feita nas épocas de cheia, durante as quais há a predominância de rios e lagos na paisagem do local, considerando que no município foi identificada uma forte inclinação para os interesses físicos e turísticos do lazer, em detrimento os manuais, artísticos, intelectuais e associativos, contudo o lazer não deve se restringir a esse aspecto, pois os moradores também necessitam de práticas de lazer estruturadas e organizadas nos outros interesses do lazer.

3. A PESQUISA

Este estudo teve como objetivo identificar as características referentes aos agentes de esporte e lazer em Cajari. Buscou identificar o entendimento sobre esporte e lazer; como têm sido planejadas as ações desenvolvidas no município; apontar limitações e fragilidades quanto à formação e a capacitação dos recursos humanos, assim como ressaltar as possibilidades de intervenção.

A pesquisa foi desenvolvida no período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2009.

Como instrumentos de coleta de dados, a pesquisa utilizou questionários, com questões abertas e fechadas, aplicados aos agentes sociais de esporte e lazer mapeados e entrevista semi-estruturada para o gestor do município. Em Cajari foi entrevistado o secretário de educação, pois esta secretaria responde pelas questões de esporte e lazer no município. A seguir serão apresentados os dados e sua análise.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Os questionários

Foram aplicados dezesseis questionários a agentes de esporte e lazer em Cajari. Como ponto de partida, antes das questões a cerca do lazer e esporte, tem-se uma sucinta caracterização dos sujeitos que responderam o instrumento. Destas informações iniciais pode-se destacar, que quase a totalidade dos agentes corresponde ao **sexo** masculino, sendo que dos dezesseis, apenas uma mulher participa das atividades. Essa realidade de afastamento das mulheres do trabalho com as práticas de lazer e esporte pode ter várias explicações, dentre elas Toscano (2000) fala sobre a crença de que essas atividades seriam pertencentes ao domínio masculino, lembrando que o esporte e lazer têm um histórico de exclusão do feminino, considerando que o “privado” é o local ao qual a mulher pertence, enquanto ao homem cabe o ambiente público de participação social efetiva, o que faz referência à divisão sexual do trabalho nessa localidade.

Notou-se a prevalência da **idade** dos agentes entre 30 e 39 anos, com 43,75%, seguidos de 20 e 29 anos e entre 40 e 49 anos com os percentuais de 25% cada faixa etária. Esse dado torna-se mais interessante ao se fazer um paralelo com pesquisa semelhante realizada em Florianópolis (PINHEIRO, 2005) acerca do perfil dos profissionais de lazer na cidade, onde não foram encontrados agentes que estivessem na faixa de idade acima de 40 anos. Frente a este fenômeno o autor citou como uma possível justificativa a associação errônea entre lazer e juventude. Quanto ao **local de nascimento**, 93,75% são do próprio município e 6,25% de um município vizinho a Cajari.

No que tange ao **nível de escolaridade** dos agentes, a maioria (56,25%) respondeu que possuía o ensino médio completo e 18,75% responderam ensino superior completo. O mesmo percentual apontou superior incompleto como sendo sua escolaridade. O que se pode observar destes resultados é que as pessoas que trabalham com o esporte e lazer já apresentam um nível de escolaridade diferenciado, pois a média de anos de estudo da população adulta de Cajari, em 2000, não chegava há três anos (Projeto Jovem Cidadão, 2005). No entanto, constata-se que esta formação superior não é voltada para área de esporte e lazer, devido à inexistência de cursos de graduação, para este campo de conhecimento, na maioria dos municípios do Estado do Maranhão.

Além do trabalho com o lazer há uma diversidade de **profissões exercidas**, pois os agentes não sobrevivem apenas das suas atividades esportivas e de lazer. Como dado interessante temos o fato de 41% desses agentes exercerem a profissão de professor(a), contudo somente (5,8%), entre a população pesquisada, é professor de Educação Física. Porém, mesmo exercendo tal função, ele não possui graduação na área. Nessa dinâmica profissional encontra-se coordenadores pedagógicos (11,7%) e secretários de entidades esportivas (11,7%) atuando como agente de esporte e lazer, sendo identificado também pescador, funcionário público, dentre outros. Esses dados fazem concluir que são poucas as pessoas que possuem profissão vinculada ao esporte e lazer visto que até os(as) professores(as) são de outras disciplinas (química, português, etc).

Os agentes de esporte e lazer em Cajari, em sua maioria, participam de **entidades** de prática esportiva como times, clubes e etc, o que corresponde a 31,8% dos profissionais. Deve-se considerar também o fato desta questão admitir múltiplas respostas, observando que, 18,18% são vinculados a movimentos populares e sociais, dentre estes, associações e grupos comunitários. Esses dados demonstram uma predominância de atividades ligadas ao esporte, com maior destaque ao futebol.

Assim como houve grande variação nas profissões exercidas, as **atividades executadas** por esses agentes vão desde coordenação/direção de ligas ou clubes esportivos em 18,75% dos casos; organização de eventos e ações ligadas a alguma modalidade

esportiva (12,5% cada); técnico esportivo; e, relacionadas com a movimentação corporal (dança/capoeira); dentre outras, que apresentaram 6,25% cada. Diante disso deduz-se que as várias possibilidades de intervenção no esporte e lazer vêm sendo atendidas no município devido à diversidade das atividades.

Dos agentes pesquisados, 43,75% afirmaram ter *vínculo empregatício* com a entidade, enquanto 56,25% desenvolvem atividades nesse campo, por afinidade ou outras razões. Essa presença efetiva de pessoas atuando de forma voluntária remete a necessidade de reflexões, sobre isso PINTO fala (2003):

Apesar do reconhecimento dessa demanda em nossa atualidade, vejo que, em geral, em nossas políticas públicas de esporte e lazer ainda faltam organização e projetos para o voluntariado fundado nessa base ética. Projetos que possam superar a tradicional concepção de voluntariado para o esporte e lazer como um dos meios para aliviar as consequências da pobreza e da marginalidade, ou mão-de-obra, que possam substituir o trabalho remunerado. (p. 173).

Dos agentes que disseram ter vínculo empregatício, a maioria (57,14%) afirmou ter o concurso público como a *forma pela qual foram selecionados*, outros agentes deram como resposta a indicação política (14,28%) e seleção de currículo (14,28%). Diante do exposto vê-se um distanciamento entre as respostas e a realidade dos municípios do Maranhão, em que, geralmente, se observa a prevalência de indicação de parentes e “conhecidos” dos políticos para assumirem cargos públicos.

O *regime de contratação* da maioria que respondeu essa questão é o estatutário (71,42%). Apenas 14,28% disseram ter contrato temporário, o mesmo aconteceu com cargo comissionado. O resultado é coerente visto que a maioria já tinha respondido ter sido selecionado em concurso público.

Ao responder a pergunta elaborada exclusivamente para os funcionários da prefeitura, 66,66% disseram que a *função exercida* é técnica, o que corresponde às funções de professores de Educação Física, técnicos esportivos, monitores e etc. e 33,33% assinalou exercer função administrativa e nenhum dos questionados respondeu fazer parte do apoio (serventes, segurança, etc.). Apesar do exposto, não significa que esses agentes de esporte e lazer, que são funcionários da prefeitura, possuam formação para tal, mesmo tendo suas funções direcionadas para essa área.

Sobre o *tempo de exercício* na função, 33,33% tem mais de um ano e menos de três; as opções: menos de um ano; mais de três e menos de cinco; mais de cinco anos tiveram o percentual de 16,66% cada. Quanto a este dado cabe interpretá-lo como uma evidência da recente preocupação dos gestores no que concerne a contratação de funcionários, o que pode apontar para um provável desenvolvimento do esporte e lazer no município, se esse número crescente de servidores públicos atuando nesse cenário, for aliado à efetivação de políticas públicas nesse campo de intervenção profissional.

Dos agentes que responderam as questões subjetivas, 37,5% apresentaram *conceitos* sem especificar se estavam falando de esporte ou lazer, o que representa uma não distinção dos mesmos ou uma visão que entrelaça esporte e lazer como correspondente a um mesmo fenômeno. O esporte foi apontado nas falas dos agentes como: “*parte integrante da vida*”; “*meio de tirar a juventude das drogas*”; “*parte da educação de crianças e jovens*”; “*um meio de juntar pessoas*”; “*algo que dá saúde ou como algo lucrativo*”. Essas concepções remetem a um reducionismo do esporte e lazer, a uma visão por muitas vezes veiculada na mídia, na qual o esporte é configurado como “salvador da pátria”, o verdadeiro remédio para os males sociais mais frequentes que se manifestam na

sociedade, principalmente àqueles que afetam as crianças e os adolescentes. “*A forma pela qual as pessoas se sintam mais confortáveis*”; “*relaxando o corpo*”; e, “*se divertir*”; é tido nas falas dos agentes, como entendimento sobre lazer. Os agentes possuem, apesar de confusas, algumas definições acerca do esporte e do lazer, provavelmente advindas da sua experiência ou dos meios de comunicação de massa. O conceito de lazer descrito enquanto meio educativo, dentro da concepção de animação sócio-cultural, também é visto em Camargo (2003):

O lazer abre um campo educativo não para aprender coisas, mas para exercitar equilibradamente as possibilidades da participação social lúdica... Seu objetivo é mostrar que o exercício de atividades voluntárias, desinteressadas, prazerosas e liberatórias pode ser o momento para uma abertura a uma vida cultural intensa, diversificada e equilibrada com as obrigações profissionais, familiares, religiosas e políticas. (p. 75)

Dentre as **atividades** de lazer citadas com maior destaque tem-se o futebol de campo, voleibol, natação e corridas. Também são mencionadas, em menores proporções, handebol, shows de calouros, festivais da piaba, futebol de rua. Diante desses apontamentos pode-se levantar algumas dúvidas, baseadas nas respostas da questão objetiva que tratava das **atividades** desenvolvidas por esses agentes, sobressaiu-se as **atividades** ligadas ao esporte, não apresentando grande variação no exercício profissional, contudo ao citarem **atividades** entendidas como referentes ao lazer esse leque se estendeu visivelmente. Nesse sentido, nota-se a compreensão da diversidade das práticas, contudo há uma limitação na atuação dos agentes, no que concerne às **atividades**, geralmente estão restritas à questão esportiva.

Quando interrogados sobre o que seria necessário para se **organizar um evento de esporte e lazer**, os questionados disseram ser imprescindível “*boa vontade*”, “*humildade*”, “*união*” e “*criatividade*”, sendo estas características da própria ação humana e não especificamente atrelada a essa atividade; além de “*planejamento*”, “*pessoal capacitado*”, “*recursos financeiros*” e “*espaço*”. No mesmo sentido, questionou-se a respeito dos **conhecimentos dos agentes para a organização de eventos de esporte e lazer**, obtendo respostas que demonstram que alguns agentes possuem este conhecimento, pois apontam para a estrutura do planejamento pertinente a eventos, como pode ser visto nos seguintes relatos: “*Primeiramente é planejado o evento em todas as suas etapas; estimamos os custos com o evento; execução*” (Q.4). “*Planejamento e organização do evento e com vários times e comunicando a liga*”. (Q.15)

Isso denota que os agentes, mesmo não passando por bancos de universidades e nem cursarem disciplinas como organização e planejamento de eventos esportivo e de lazer, possuem certos conhecimentos advindos da prática cotidiana dessas atividades em suas comunidades. Contudo vêm-se respostas até certo ponto simplistas, como: “*Fazendo com que os atletas se sintam bem e fazendo com atenção, cuidado, responsabilidade*” (Q. 2). Pode-se inferir na fragilidade da formação para atuar com esporte e lazer, pelo menos no que diz respeito à organização dos eventos de lazer.

Ao se referirem à importância do agente na comunidade, às respostas enunciadas foram: “*... desenvolver a forma de pensar da comunidade e valoriza todos os interessados*” (Q.1); “*É um agente multiplicador na busca de melhores dias para a sociedade retirando as pessoas da marginalidade*” (Q.10); “*... desenvolvimento educacional da comunidade*” (Q.11). Isso reflete o reconhecimento pessoal do trabalho desenvolvido e também uma preocupação com as questões sociais e educacionais.

A maioria dos agentes (68,75%) relatou ter *formação suficiente*, em decorrência da sua vivência prática e dos conhecimentos obtidos na mesma, ficando isso claro em suas respostas: “*Sim, considero, pois já trabalho há quatro anos e meio na área*”. (Q. 7). “*Sim, porque já tenho vários anos de experiência na área do esporte e do lazer como coordenador, treinador de futebol*”. (Q. 14). Enquanto 31,25% disseram não considerar sua formação suficiente para a atuação na área de esporte e lazer, destacando a falta de capacitação para tal. “*Não, porque falta mais apoio e também capacitações*”. (Q. 2). “*Não, porque não houve uma capacitação suficiente para aprimoramento dos meus conhecimentos*” (Q. 3).

A formação do profissional no âmbito do esporte recreativo e de lazer deve ser prioritariamente centrada no conhecimento, na cultura e na crítica, como diz Isayama (2005), a fim de concretizar os ideais de transformação da realidade social vigente apoiado também na atuação nessa área de intervenção, sendo o lazer entendido enquanto o momento de vivência criativa e consciente das práticas corporais culturalmente construídas no tempo livre de obrigações.

4.2. A Entrevista

Buscando conhecer a estrutura organizacional e as ações desenvolvidas pela gestão municipal na área do Esporte e Lazer, foi realizada entrevista com o secretário de Educação o qual esclareceu que, vinculado a essa secretaria existe uma Diretoria de Esporte que desenvolve atividades específicas na área.

É importante ressaltar que de acordo com as informações obtidas pelo gestor, a Diretoria de Esporte foi criada a partir da realização da primeira reunião que houve para apresentação deste projeto de pesquisa aos gestores e agentes. Dessa forma, pode-se perceber o impacto da realização desta pesquisa no município, no que se refere a gestão, além da importância da aproximação e das ações de colaboração e cooperação, entre instituições, para o desenvolvimento e consolidação das políticas públicas de Esporte e Lazer.

O Secretário de Educação é um professor com formação superior nomeado pelo prefeito para exercer o cargo. Informou haver uma Diretoria de Esporte que dispõe de 04 (quatro) integrantes no seu quadro de funcionários. Todos são concursados, nenhum tem formação específica em Educação Física e seus conhecimentos, de forma mais sistematizada, advém de cursos realizados pela ONG Formação², pois a atual administração não possui uma política de qualificação na área de esporte e lazer. Pois quando é questionado se há curso de capacitação na área de esporte e lazer, diz: “*Não só na área de Educação Física, a gente tem um pessoal que estão no ‘Formação’ né. Nós estamos com a segunda turma*”

A esse respeito Pina (1995) considera essenciais alguns aspectos os quais devem caracterizar o profissional que atuará na área do lazer. É desejável que tenha uma formação, não necessariamente em curso superior, entretanto, a graduação universitária pode contribuir para sua capacitação profissional e seu melhor desempenho; deve ser uma pessoa muito bem informada e estar atualizada sobre o que ocorre em seu tempo, em seu lugar, em seu estado, em seu país e no mundo; apresentar um comportamento de interação com todo o

² “Formação” é uma ONG, sem fins lucrativos, fundada por um grupo de educadores, militantes na área da educação básica e da educação popular, com experiências em análise e elaboração de propostas de políticas públicas, desenvolvimento de projetos educativos, produção de material didático, qualificação profissional de jovens e formação de professores(as).

grupo que o cerca, sejam estes pequenos ou grandes grupos, apresentando relacionamento positivo com os mesmos; estar sempre muito atualizado, social e culturalmente, com a sua comunidade e com seu grupo social; ser criativo, cooperativo, dedicado e muito comunicativo; estar permanentemente num processo de autoformação, buscando sempre instruções profissionais, novos conhecimentos e informações.

Sobre as atribuições, que o cargo lhe confere, na área de esporte e lazer, vê-se que as ações estão ligadas ao esporte, com a realização de campeonatos das diversas modalidades esportivas, e incentivo à prática da capoeira. No entanto, quando sondado sobre a importância do esporte e lazer para a cidade de Cajari, foi citado uma variedade significativa de atividades, tais como: práticas esportivas, danças e teatro, dando ênfase na cultura popular, justificando que essas atividades desenvolvem a criatividade dos praticantes.

Isso significa a identificação de demandas sociais esportivas e de lazer através da participação popular nessas atividades, bem como um entendimento sobre a necessidade de ampliação dessas práticas corporais que podem ser convertidas em ações de políticas públicas.

Segundo documento o Ministério do Esporte - ME, as práticas corporais são expressões individuais e coletivas que vem do conhecimento e da experiência do jogo, da dança, do esporte, da luta, da ginástica e outros. Com essa compreensão o “campo de atividade física” amplia as possibilidades de organização e escolha das práticas corporais, entendidas como benefício à saúde de sujeitos e coletividade, construindo mudanças no modo de produção de saúde, tanto nas unidades que compõem o Sistema Único de Saúde - SUS, quanto nos núcleos de esporte e lazer integrantes dos projetos sociais fomentados pelo ME (Política Nacional do Esporte, 2006, p.12).

Para efetivação dessas ações, o gestor considera importante e necessário alguns elementos para estruturação do esporte e lazer, que são construção de espaços físicos, capacitação dos agentes e recursos para realização de eventos. No entanto, o município tem dificuldades para a efetivação dessas ações, por não ter recursos previstos no orçamento, e apesar de ter sido solicitado para ser incluído no orçamento geral do município, a questão se depara com divergências político-partidárias, muito comuns nos municípios.

Quando perguntado sobre os documentos legais, gerais e específicos, que regem as ações desenvolvidas pelo órgão gestor, percebe-se certo interesse nessa questão, pois o Secretário afirmou que o município participa do portal da educação e recebe assessoramento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Universidade Estadual do Maranhão na reformulação da Lei Orgânica do Município, que está em andamento, onde a área de esporte e lazer será contemplada. Esse é um aspecto positivo, pois essas divergências político-partidárias citadas anteriormente poderão ser minimizadas pela dinâmica do processo, que então colocará restrições às interferências prejudiciais aos objetivos traçados e amparados legalmente.

5. CONCLUSÃO

Os recursos humanos para o esporte recreativo e de lazer em Cajari possuem uma potencialidade, devido ao interesse pessoal demonstrado para com as questões do lazer no município, trabalhando muitas vezes de forma voluntária, sem remuneração e com “formação” que não atende às especificidades que a dinâmica das práticas por vezes exige. O que demanda da administração pública um olhar mais apurado com vistas a suprir essas necessidades levantadas no que concerne à formação, contratação e atualização dos

profissionais que trabalham com lazer em Cajari, principalmente na capacitação em outras áreas: Educação Física, Artes, Turismo etc.

Os dados obtidos na pesquisa apontam para a insuficiência da formação dos agentes, pois a prefeitura não oferece cursos de capacitação/qualificação para os mesmos. O esporte e o lazer em Cajari têm espaço em uma Coordenação de Esportes, ligada a Secretaria de Educação do município, por isso não possuem orçamento próprio para o desenvolvimento de suas ações, o que se reflete na liberação do financiamento de acordo com demandas pontuais, que em geral se apresentam na forma de eventos.

Através da análise de questionários e de entrevistas aplicados, respectivamente, aos agentes e ao gestor de esporte e lazer do município, encontramos lacunas na formação dos agentes, além do trabalho destes acontecer, em muitos casos, de forma voluntária e sem que o poder público assuma a responsabilidade no que diz respeito à capacitação dos recursos humanos como parte da efetivação de políticas públicas de esporte e lazer. Sendo assim, foi verificada a não compreensão da importância da formação e capacitação para o trabalho de gestores e agentes como peças essenciais em uma política pública de esporte e lazer que se pretende democrática.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

FORMAÇÃO – Centro de apoio à educação básica: quem somos. Disponível em: <<http://www.formacao.org.br/quemsomos.php>> Acesso em 07 jun 2008.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. Um olhar sobre a formação profissional no lazer. **Revista Licere**, Belo Horizonte: Centro de estudos de lazer e recreação - CELAR, v.8, n. 1, p. 11-19, 2005.

PINA, Luís Wilson. Multiplicidade de profissionais e de funções. MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. p.117-130. (Coleção Fazer/Lazer).

PINHEIRO, Rodrigo Reszka. Um estudo sobre o perfil dos profissionais de lazer e recreação de Florianópolis. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.8, n.2, p. 132- 144, 2005.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. O trabalho voluntário para esporte e lazer em Políticas Públicas: problemas e desafios enfrentados In: **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. São Paulo: Papyrus, p. 171-189, 2003.

ROSAR, Maria de Fatima Felix; CABRAL, Maria de Regina Martins (orgs.). **Projeto Jovem Cidadão**: agosto de 2004 a julho de 2007. São Luís: Cultura dos livros, p. 39, 2005.

TOSCANO, Moema. **Estereótipos sexuais na educação**: um manual para o educador. Petrópolis: Vozes, p. 69, 70, 71 e 84, 2000.